

A REESCRITA E A “AVENTURA” DO IMPÉRIO EM ORLANDO DA COSTA E REIS VENTURA

REWRITING AND ADVENTURE IN THE PORTUGUESE EMPIRE:
ORLANDO DA COSTA AND REIS VENTURA

*Isadora de Ataíde Fonseca*¹

Universidade Católica Portuguesa

Centro de Estudos de Comunicação e Cultura, Faculdade de Ciências Humanas,
iafonseca@ucp.pt

<https://orcid.org/0000-0001-9019-9794>

RESUMO

O artigo promove uma releitura conjunta de *O Signo da Ira* (1961) e de *Fazenda Abandonada* (1962) para repensar os diversos imaginários do império e a sua projeção na literatura de língua portuguesa no âmbito do colonialismo português. Nesta releitura contemporânea, assinala-se o recurso partilhado por Orlando da Costa e Reis Ventura à memória e à história da trajetória colonial. Nestes romances os autores procuram “reescrever” o destino do império, projetando os seus imaginários e ideologias sobre o futuro então desconhecido do colonialismo. Esta leitura conjunta explora o “encontro”, o “cruzamento” e o “diálogo” entre as obras a partir das suas personagens, das suas travessias e dos seus lugares “marginais” nos territórios de Goa e Angola. Com o estudo da cultura e da ideologia na Esfera Pública Imperial também se quer contribuir na discussão dos imaginários literários do século XXI em língua portuguesa que remetem para a “reescrita” do passado colonial.

Palavras-chave: Orlando da Costa, Reis Ventura, literatura, história, colonialismo

¹ A autora agradece os contributos críticos dos revisores anónimos, os quais contribuíram para enriquecer o estudo.

ABSTRACT

This article brings together a rereading of *O Signo da Ira* (1961) and *Fazenda Abandonada* (1962) to discuss the distinct imaginations of the empire and its projection in literature within the scope of Portuguese colonialism. In this contemporary rereading is highlighted the use of memory and history as a shared strategy of Orlando da Costa and Reis Ventura to write about colonial experience. In these novels the authors seek to “rewrite” the fate of the empire, projecting their utopias and ideologies onto the then unknown future of colonialism. This joint reading explores the “intersection” and the “dialogue” between the works from their characters and its “marginal” places in the territories of Goa and Angola. With the study of culture and ideology in the Imperial Public Sphere, this article also wants to contribute to the discussion of the literary imagination of the twenty-first century in the Portuguese language, which refer to the “rewriting” of the colonial past.

Keywords: Orlando da Costa, Reis Ventura, literature, history, colonialism

INTRODUÇÃO

O Signo da Ira (1961) e *Fazenda Abandonada* (1962) são romances que mobilizam a memória política, social e cultural do império colonial português no século XX. Os autores, Orlando da Costa (Lourenço Marques, 1929 – Lisboa, 2006) e Manuel Joaquim Reis Ventura (Chaves, 1910 – Oeiras, 1988), foram intelectuais politicamente engajados que na sua obra literária refletiram as suas ideias sobre Portugal e o colonialismo. A publicação destes romances coincidiu com o fim da “administração” portuguesa em Goa e com o princípio da guerra colonial em Angola. O império é o tema central destas obras, que incluem personagens e dramas que conjugam memórias e interpretações históricas distintas, imaginários ideológicos opostos e linguagens narrativas diversas. Promover uma releitura conjunta de *O Signo da Ira* e de *Fazenda Abandonada* para repensar os imaginários

do império e a sua projeção na literatura de língua portuguesa no âmbito do colonialismo português é o foco deste estudo. Nesta releitura contemporânea assinala-se o recurso partilhado por Orlando da Costa e Reis Ventura à memória e à história da trajetória colonial – recordação e releitura do império na primeira metade do século XX; relato do presente da década de 1950 e imaginação do futuro. Nestes romances os autores procuram inventar ou “reescrever” o destino do império, projetando os seus imaginários e filiações ideológicas sobre o futuro então desconhecido do colonialismo nas suas dimensões sociais, políticas e culturais. A leitura conjunta destes romances explora também o “encontro”, o “cruzamento” e o “diálogo” entre as obras a partir das suas personagens, das suas travessias e dos seus lugares “marginais” nos territórios coloniais de Goa e Angola. Com o estudo da cultura e da ideologia na Esfera Pública Imperial, e com uma abordagem multidisciplinar, também se quer contribuir para a discussão dos imaginários literários do século XXI em língua portuguesa que remetem para a “reescrita” do passado colonial.

O *Signo da Ira*, escrito entre 1959-60, denuncia a exploração dos trabalhadores rurais e o impacto do sistema colonial em Goa. Num romance polifónico, é o conjunto dos protagonistas nas suas interações que ilustram os conflitos sociais, culturais e políticos do imperialismo e as suas consequências na vida comunitária e privada de um povo subalterno. Situado na última etapa do Neorrealismo, o romance revela autonomia literária e compromete-se com a crítica do colonialismo e com o “despertar das consciências” (Rodrigues, 2009). *Fazenda Abandonada*, escrito entre 1960-61, narra a travessia de um português de Trás-os-Montes que se faz agricultor em Angola. O romance articula os mitos da ordem salazarista no repertório que estruturou o discurso do Estado Novo e orientou a ideologia do regime (Fonseca, 2019). Ambos os livros mobilizam o “passado” do império pela via da memória e da história e através do

espaço colonial, de indivíduos “marginais” e de tragédias particulares. A ocupação militar e os confrontos armados, a crise política do “programa colonial”, a pobreza das populações e a ausência de estado de direito, as diferenças socioculturais e as suas consequências privadas no contexto imperial são temas comuns aos romances no então “presente” do império. Para além do “passado (memória)” e do “presente” serem mobilizados de ângulos distintos, é na imaginação do futuro que o confronto entre os textos é radical: Reis Ventura propõe-se “reconstituir” um império estruturado no nacionalismo-colonial, enquanto Orlando da Costa escreve para “libertar” os subjugados da sua condição colonial e do regime de castas na perspetiva do internacionalismo marxista. O uso da memória e da história pelos autores constitui o lastro entre o passado, o presente e o futuro que imaginam. A leitura conjunta de *O Signo da Ira* e de *Fazenda Abandonada* contribui para uma história das mentalidades no âmbito da crise do colonialismo português para revelar “as formas da experiência sensível, da percepção do tempo, das relações de crença e do saber, do próximo e do distante (...) da imagem e da identificação que orientaram ao mesmo tempo essa expectativa em relação à imaginação da comunidade” (Rancière, 2014: 156).

A “NARRATIVIZAÇÃO” DO IMPÉRIO

O império narrado por Reis em *Fazenda Abandonada* tem como ponto de partida Ervededo, Vila Real, a Primeira República e o avô do protagonista Raul Bravais, em clara referência às ligações entre Portugal e o império, o passado e o presente. Em Mormugão, Goa, Orlando situa a “harmonia de todo o sempre” do império (na voz de bab Ligôr), um passado impreciso e secular de ocupação estrangeira do qual Natél herdou a chama que ilumina o “desespero coletivo” acumulado ao longo de gerações (Costa, 2019: 273 e 284). Com precisão e subtileza, de diferentes ângulos do mapa ideológico do impé-

rio, Orlando e Reis convocam o passado então recente e reescrevem o curso do império colonial português para “narrativizar” a ebulição do presente colonial e espelhar na literatura as utopias do seu próprio tempo histórico.

Hayden White (2014) explica o renascer do “romance histórico” após a Segunda Guerra Mundial como a urgência de estancar o passado de crimes contra a humanidade, no qual se inclui o colonialismo, e na importância de se pensar a relevância do conhecimento produzido pelo passado. Ou, a literatura como *via appia* para o “passado prático”. A vida quotidiana, as memórias, os sonhos e desejos, as táticas de sobrevivência e as estratégias para lidar com o presente coletivo e individual conjugam-se no conceito de “passado prático”. A literatura moderna do século XIX tinha sido pioneira ao resgatar na experiência do vivido contributo para o convívio com a herança do passado e para apontar soluções no presente. O realismo literário que se seguiu desafiou a História académica e promoveu o florescimento do “passado prático” no romance – a exemplo de Joseph Conrad, exemplar no âmbito da literatura do período imperial.² Este passado

has been lived by all of us more or less individually and more or less collectively and which serves as the basis for the kinds of perceptions of situations, solutions of problems, and judgements of value and worth that we must make in everyday situations of the kind never experienced by the ‘heroes’ of history (White, 2014: 14-15).

White sublinha que a escolha de temas históricos pelos romancistas pós-modernos, a exemplo de J. M. Coetzee e da sua abordagem

² Sobre literatura, ideologia, império em Joseph Conrad assinala-se o estudo de Fredric Jameson (1981).

do apartheid na África do Sul, também desafiou o dogma que fez dos “factos históricos” a medida para se aceder ao realismo dos discursos sobre o presente e o passado, concluindo que o romance contemporâneo pressupõe uma “filosofia da história”.³ Daí que o “passado prático” da escrita literária nos leve para além da História e do entendimento de que um facto é estabelecido em oposição lógica à “ficção” – esta compreendida como produto da imaginação literária.

Acompanhando White, o conceito de “narração” associa-se à voz, ao tom e ao modo do escritor na relação com o público. O produto desta enunciação é a “narrativa”, a essência, a qual presume uma conexão específica ao discurso. A “narrativização”, por sua vez, é o resultado da estratégia dramática aplicada pelo narrador para imaginar os eventos escolhidos para representação, incluindo os seus valores específicos (cognitivos, morais ou ideológicos, entre outros). Compreendida a dramatização enquanto “narrativização”, a distinção entre “factual” e “ficcional” perdem relevância para interpretar o “realismo” dos vários significados com os quais o “passado” pode ser endossado.

A TERRA

É neste enquadramento teórico-conceptual que se relê *Fazenda Abandonada* e *O Signo da Ira* e acompanha-se a reescrita do império colonial português em Reis Ventura e Orlando da Costa, que têm a terra e o território no centro dos seus romances. A terra fértil que alimenta os homens e o território onde se desenrolam os conflitos herdados e transmitidos pelo colonialismo ao longo dos séculos.

Retalhadas as terras de família após a morte do seu patriarca, aos 26 anos Raul Bravais abandona Trás-os-Montes e desembarca em

³ Para uma introdução à obra de J.M. Coetzee, indica-se o estudo de Dominic Head (2009).

Luanda em 1935, onde se torna guarda-livros da Lusáfrica, companhia de exportação. Na reconstituição do império de Reis o progresso material do território em meados do século XX deve-se à ação portuguesa, e em especial aos comerciantes do “mato”, que para além das suas lojas desenvolveram a agricultura e não tinham receio dos nativos: “foi ter com eles, entrou-lhes na senzala, aprendeu-lhes a língua e fez da companheira preta a mãe dos seus filhos”.⁴ Na memória e na interpretação histórica do autor as “grandes firmas do litoral”, por sua vez, deram suporte financeiro a estes “desbravadores do sertão”. A Lusáfrica é uma destas organizações, instalada desde 1920 em Luanda e com escritório em Lisboa, na qual Raul trabalha como um “escravo português, mais resistente e submisso que um jumento”. A Segunda Guerra Mundial beneficiou o comércio da colónia e as gratificações do guarda-livros permitiram-lhe responder ao apelo de filho e neto de agricultor e avançar para a terra e para o sisal em Vila Salazar, Cuanza Norte. Nos primeiros tempos, apesar da burocracia do estado e dos impostos, “a filha e a fazenda, ambas estavam a crescer, para o tornar o feliz” (Ventura: 1962: 87, 108 e 159).⁵

Na terra de Reis, “batalhões cerrados de sisal” ocupam centenas de hectares, o rio Nhía corre “cachoando entre pedregulhos” na “guarda austera dos morros”, Gumba, Dala-Cachibo, Capacho e Condenado (Ventura, 1962:191). Nas madrugadas da terra de Orlando, “um frémito de frescura vem fundir-se com a seca quietação da terra”, “os búfalos caminham com lentidão, enquanto remoem o capim” e os “talos decepados do arroz rebrilham”. Os homens aguardaram o fim das chuvas e erguem “com humildade os olhos para o céu” em busca de confiança para o segundo cultivo anual de arroz. No império do

⁴ A respeito do luso-tropicalismo e da sua representação na literatura anota-se a obra de Susana Pimenta e Orquídea Ribeiro (2023).

⁵ Sobre a história de Angola entre 1890-1930 destaca-se a síntese de Aida Freudenthal (2001).

escritor, para os curumbins “a vida foi sempre má”, mas o presente é especialmente mau: muita chuva, pouca semente, a guerra, a chegada dos “expedicionários” e o declínio dos senhores da terra, os *batcarrás*. Na promessa da terra, a “vangana representa toda a esperança”, dela dependem a vida da comunidade, dos servos e dos senhores: o casamento de Natél e Bostião, o primeiro filho de Gustin e Quitrú e o sustento dos anciãos – Jaqui, Bostian, Pidade e Pedrú. *Bab Ligôr*, que hipotecou o que tinha para “salvar a honra da família” e que teme a quebra da “harmonia de todo o sempre” (Costa: 2004: 29, 30, 44 e 273), também é servo da fertilidade da terra, a qual requer a servilidade centenar dos seus manducares propiciada pela exploração colonial secular.⁶

Enzo Traverso (2012) explora as relações entre memória e história para discutir o “uso público do passado”, incluindo a História e a Literatura. O historiador define a memória enquanto “as representações coletivas do passado tal como se forjam no presente – estrutura as identidades sociais, inscrevendo-as numa continuidade histórica e dotando-as de um sentido, ou seja, de um conteúdo e de uma direção” (Traverso, 2012: 24). Num primeiro nível, o autor considera a “obsessão memorial” que se inicia no século XX e que se acentua no seu devir como resultado do declínio da experiência transmitida num mundo sem referências, violento e fragmentado. Daí que a memória no seu uso público contribua para o luto do passado, num sistema de representações que inclui “testemunhas”. As guerras e as “guerras da memória” são exemplares da conjugação de dimensões políticas e éticas na mobilização da memória. O presente é o seu tempo e deter-

⁶ Sobre a história da Índia Portuguesa no período sublinha-se o estudo de síntese de Célia Reis (2001).

mina as suas modalidades: sucessão de acontecimentos, interpretação e “lições”.

Fazenda Abandonada e *O Signo da Ira* constituem-se romances de reescrita e memória em simultâneo, mobilizam o uso público de memórias distintas, vivências dos escritores e das comunidades que narrativizam e interpretações da história, e complementares na trajetória do império colonial português, nos quais os autores atuam como testemunhas e narradores do presente.

NAS MARGENS

Raul Bravais encarna na reescrita de Reis o percurso de milhares de portugueses que procuravam escapar à pobreza em Portugal na promessa das colónias africanas na primeira metade do século XX. A travessia é dura para os colonos brancos, que na memória do autor foram os responsáveis pelo “desenvolvimento” económico de Angola, um povo civilizador que promoveu “a integração lusíada das populações e nos aspetos peculiares da ação portuguesa neste rincão tropical da Pátria” (Ventura, 1962:86). Se a ação do estado é elogiada na definição de horários de trabalho e salários que beneficiam apenas a população branca, também é criticada nos impostos excessivos, na legislação, na burocracia e na ausência de crédito que dificultam e adiam as iniciativas dos agricultores. A falência, o endividamento e o alcoolismo que atingem Raul vão se explicar na queda do preço do sisal, agravada pela crise na relação de Portugal com a União Europeia de Pagamentos na década de 1950. Reis mobiliza a sua memória enquanto testemunha do império (e o reinterpreta) ao longo do século XX, na sua origem do norte de Portugal e como colono em África, a partir de 1932 em Moçambique e de 1940 em Angola.⁷

⁷ Sobre a sociedade colonial em Angola ver Fernando Pimenta (2005).

Para narrativizar o embate quotidiano da comunidade pela sobrevivência e os anseios individuais por um destino, Orlando entrelaça a pobreza, a solidão e os sonhos dos seus personagens na última década da ocupação portuguesa em Goa. Não há marcos temporais precisos, porque a servidão é secular, é omnipresente na miséria da comunidade e é transmitida na sua memória. O passado do império é resgatado pelos protagonistas, testemunhas e vítimas de uma existência que não teve alternativa à servidão colonial e a estratificação étnica e social imposta pelo regime de castas.⁸ Bostião depende da colheita para casar com Natél. Se for preciso “deixa o povoado e aquelas terras mesquinhas do senhor”, imigra para trabalhar e receber em dinheiro. Natél teme ser enviada pelo avô para servir na casa de Bab Ligôr, “há intimidades que não devem existir entre senhores e servos”. Coinção, que já passou da idade de casar e que não tem outra “esperança”, com os pais velhos e doentes, considera sujeitar-se à lei do *batcará*, “à lei da sua casa, ser por ele violada” (Costa: 2004: 55, 65, 74). Rumão, que deseja Coinção em silêncio, dono da taberna onde bebem os velhos corumbins, acoberta o comércio ilegal de gasolina pelos militares portugueses. Um soldado português, de olhos claros e da idade de Bostião, estremece à distância por Natél. A Igreja Católica é reescrita no romance como mediadora do império, ao Padre Antú recorrem todos nas horas de aflição: corumbins, os soldados e Bab Ligôr. Na sua ânsia de “atalhar aquela torrente de paixões, de ocultos, de recalcados ódios, apaziguar ânimos exaltados” (Costa: 2004:322-23), o padre é decisivo para precipitar o drama: o suicídio de Coinção, o assassinio de Rumão e a conseqüente partida de Natél para a casa do *batcará*. Nascido em Lourenço Marques, Orlando mobiliza a sua

⁸ A respeito da representação da estrutura social e cultural de Goa dos corumbins, *kunnbi*, em *O Signo da Ira*, ver o posfácio de Rosa Maria Perez, 337-344. Da mesma autora assinala-se a obra de 2006.

memória vivida do colonialismo para narrativizar os corumbins e as clivagens económicas e sociais de Goa em denúncia do império.⁹

Em hemisférios distintos do mesmo império colonial opressor, os personagens de *O Signo da Ira* e de *Fazenda Abandonada* são respetivamente subalternos e marginais. A comunidade de Orlando é composta de homens e mulheres da casta mais baixa da Índia, que se mantém na servidão quando o país já se tornou independente. O autor dá voz aos “subalternos”, os quais não têm direito à palavra e definem-se pela sua condição colonial, étnica e social.¹⁰ Num enclave português no qual os brâmanes de cultura portuguesa veem o seu poder económico e político esvaír-se, a propriedade da terra e a ascendência social continuam a determinar a vida dos homens. Pelo seu trabalho os corumbins iriam receber parte do arroz, não tivessem sido enganados pelo *batcará*, o qual “protege” os seus manducares apenas num discurso secular imaginário. No romance, os corumbins constituem uma comunidade sem laços ou relações com outros grupos, nativos ou luso-indianos, e parecem habitar o mundo sozinhos: “Todas as suas alegrias, as ansiedades e atribulações estavam ligadas àquele pedaço de terra aprisionada entre uma estrada e um outeiro” (Costa, 2019: 166). Os encontros entre os corumbins e os senhores são restritos. Aos sábados, à soleira da casa dos senhores quando os velhos pedem esmolas. No celeiro, desmantelado pela “gélida violência” usada por *bab* Ligôr para violar Coinção. A taberna é ponto de encontro para os soldados beberem macheira e contrabandearem gasolina com a cumplicidade de Rumão. Na feira do Mercado Velho, um soldado insulta Pedrú como “porco” e “fedorento” e dá-lhe duas

⁹ Sobre cidadania e colonialismo em Goa refere-se o estudo de Sandra Ataíde Lobo (2016).

¹⁰ Sobre o conceito teórico e empírico de “subalterno”, no contexto colonial e pós-colonial, assinala-se a obra de referência de Gayatri Chakravorty Spivak (2021 [1999]).

vergastadas na cara. Encontros de violência contra um povo desde sempre subalterno.

Os brancos de Angola, a classe média trabalhadora de cidadãos do império, também vivem fechados em si. Embora “cidadãos do império”, os protagonistas de Reis Ventura são aqui considerados “marginais” devido ao regime autoritário, à condição colonial que os considera de “segunda classe” e pela sua fraca representação no espaço público.¹¹ Empregados, funcionários públicos, pequenos comerciantes que se encontram no Café Portugália no fim do dia para bradar contra um estado que não demarca terras, bancos que não emprestam, um governo de colónia sem “ajudas” e altos impostos: “não podem ver um pobre com uma camisa passada”. É na solidariedade dos amigos que Raul se mantém à tona. Do antigo patrão recebe antecipadamente pela colheita de sisal; depende do merceiro Santareno, a quem deve mais de um ano de fornecimentos; e aceita um empréstimo de Sunin, até perder tudo e cair nas “garras da usura”. Falido, endividado e abandonado pela mulher, é no companheiro Mendonça que encontra apoio. No entanto, a morte do amigo e a perda da guarda da filha precipitam o fim e Bravais entrega-se ao álcool: “Na plantação deixou de se ouvir o palrar alegre dos bailundos e o rumor da faina”. Em *Fazenda Abandonada* os africanos resumem-se às referências aos empregados e trabalhadores, como se estes não fizessem parte da vida e do espaço. O cozinheiro Kangua, porém, não abandona Raul. No único encontro entre brancos e negros do livro, este explica porquê não deixa o patrão: “Mas agora eu já está velho. Mulher que tinha já morreu; os filhos todos já ficou grande (...) Atão como é que eu pode ir embora e deixar

¹¹ Anota-se os estudos de Elsa Peralta (2022) sobre os colonos brancos em África e o “retorno”, com ênfase nas relações entre memória, narrativa e história.

patrão, que nunca fez mal a mim e me pagou sempre, quando tinha dinheiro”. Raul e Kangula bebem juntos, partilham as suas vidas, e “No revérbero da luz pobre, o carão negro do velho cabinda e o rosto anguloso e trágico do colono europeu formavam, na varanda, um formoso e expressivo quadro de Rembrandt” (Reis Ventura, 1962: 197, 358-59, 362).¹²

Orlando, filho das elites brâmanes goesas, dá voz à ira dos subalternos corumbins, etnia sem palavra e direitos nas margens de um império a caminho do seu fim, simbolizada pela ocupação portuguesa na véspera da retirada da Índia. A “narrativização” de *O Signo da Ira* tem lugar no território, na cultura e no povo do escritor anticolonial que denuncia em simultâneo escravidão, violência, abuso e ocupação e reclama o seu fim. No outro lado do império, a narrativa e a ideologia são distintas. Reis, membro da elite intelectual colonial, através de Raul retrata a classe média trabalhadora e agricultora de Angola, marginal no discurso e na esfera pública do império, que na narrativa oficial se conjuga no coletivo de “povo”, qualificado como “destemido”, “trabalhador” e “civilizador”. A demanda, a “narrativização”, de *Fazenda Abandonada* é oposta, quer um novo princípio para o império, e para tal apresenta o drama do agricultor e do homem no esforço de reconstituir o programa colonial do império. Em comum, a centralidade da terra, o naufrágio dos personagens, a insularidade das comunidades, o império como cenário e explicação. A memória dos escritores ancorada pelas suas experiências; a história reinterpretada à luz das suas ideologias; a narrativa associada às suas pertenças geográficas, sociais e culturais; a reescrita do império no percurso dos protagonistas; homens e mulheres marginais e subalternos como

¹² A respeito da discriminação racial e a sua representação no império colonial português nota-se a investigação de Patrícia Ferraz de Matos (2006).

testemunhas do presente. Orlando e Reis apropriam-se do “passado prático”, da história secular do império, para denunciar o presente das décadas de 1950 e 1960 e construir o futuro. No âmbito da Esfera Pública Imperial, as obras conjugam vozes opostas, que denunciam subalternidade e marginalidade para o público então contemporâneo (e, mais tarde, para os leitores pós-coloniais).

A DRAMATIZAÇÃO DA HISTÓRIA

A partir de 1953, com o aumento das tensões entre a União Indiana e Portugal e as restrições na circulação de pessoas e bens nas fronteiras de Goa, Diu e Damão, intensificou-se a crise política, económica e social na então Índia Portuguesa. As reivindicações locais e as lutas nacionalistas ameaçavam o fim da presença portuguesa na Índia, denunciando a fragilidade do poder colonial e pondo em causa o império (real e simbólico) “pluricontinental”. O governo português combinava ações legais e diplomáticas internacionais às promessas de autonomia na gestão dos territórios e de inclusão das elites locais no processo político na tentativa de manter coeso o império. A forte presença militar e policial visava reprimir, na expressão da propaganda do regime, “atos terroristas” de que eram acusados comunistas e a União Indiana. A escassez alimentar grassou ao longo da década e os apoios prometidos aos proprietários não passaram de promessas. Entre a população indiana, às dificuldades económicas resultantes do bloqueio das fronteiras (incluindo a proibição de remessas) conjugava-se à separação de famílias e comunidades (Alexandre, 2017: 675-717).

Em Angola, na década de 1950, os setores industriais, agrícola e pesqueiro desenvolveram-se, incluindo a extração de petróleo, diamante e ferro. Embora o primeiro plano de desenvolvimento para a colónia (1956-1959) tenha reduzido o protecionismo económico, a partir de 1957 a acumulação de défices em conjugação com a eco-

nomia internacional promoveu crises cambiais e de transferência entre a metrópole e a província (Dilolwa, 2000). Em dezembro de 1956 constituiu-se o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), o qual se designava como uma frente ampla dos sectores nacionalistas. A crescente agitação política no território levou à instalação da PIDE em 1957 e nas eleições presidenciais de 1958, a população de origem europeia expressou a sua insatisfação apoiando Humberto Delgado (Munslow, 1969). Em 1959, em representação da União das Populações de Angola (UPA), Holden Roberto falou na 42ª Assembleia da ONU, e pela primeira vez a independência de Angola emergiu na cena internacional.

É nos eventos históricos da década de 1950, presente na escrita dos autores, que se estruturam e inserem nas dinâmicas do império colonial português, e a partir das suas vivências e ideologias distintas no mesmo império, que Orlando da Costa e Reis Ventura situam a substância da sua narrativização: a terra, o território e os seus personagens. É o “evento” colonial e imperial que estrutura o imaginário dos autores e os seus romances “faces openly the problem of the relation between the past and the present, the ambiguity of the ‘recent past’, and the paradox of the presence of the past in the present” (White, 2014:57). O “evento traumático”, acontecimento com violência para destruir um indivíduo ou uma comunidade, é o epicentro da narrativização da escrita literária modernista na ótica de White.

O império colonial, anterior aos escritores e por estes resgatado, é o “evento” de origem no qual se estruturam *O Signo da Ira e Fazenda Abandonada*, os quais narrativizam eventos traumáticos que decorrem dos conflitos inerentes ao colonialismo e que definem o então presente das suas personagens. O roubo do arroz pelo *batcará*, que agrava a miséria da comunidade e frustra as suas expectativas de sobrevivência, e a presença dos militares, agressiva e violadora da ordem local, são os eventos traumáticos que desencadeiam a revolta

coletiva conjugada aos atos individuais não-concertados. Afastada da sua comunidade, humilhada por *bab* Ligôr e com o “sono mergulhado em sonhos inúteis”, Coinção desvia o arroz para salvar os seus e enforca-se no celeiro. O pai, Pedrú, denuncia aos militares o roubo de gasolina pelos soldados (que o agrediram e humilharam no Mercado) encoberto pelo taberneiro (que supõe ter abusado da sua filha), fura os próprios olhos para dar honra à sua palavra. Rumão é forçado a destruir o seu “casinhoto”, onde está escondido o arroz recuperado. Depois de inundar a taberna com gasolina, entre ele e o militar há um “momento de silêncio (...) iluminando os olhos dos inimigos que se odeiam até à destruição” (Costa, 2019: 266 e 304), instante no qual Rumão sente a bala penetrar no seu corpo.

“Em todos os rostos um brilho estranho, um brilho de desgraça e afição transfigura os olhares e dá-lhes essa expressão, contida aquém dos desejos e dos gestos, que desde sempre fez dos mártires os arautos mais singulares das revoltas”. Junto à taberna destruída pelo incêndio, na “claridade da madrugada” dá-se o confronto final entre os súbditos e o império, entre corumbins e expedicionários. Cego, Pedrú insiste que os soldados são responsáveis pelo crime e pela destruição. Jaqui, avô de Natél, aponta o soldado de olhos claros como responsável, sente-se apoiado pela comunidade: “era o instante da vingança por que ele, sem o saber, esperara”. Padre Antú atua como intérprete e mediador, quer “atalhar os ódios” da luta “quase natural, entre os corumbins e os soldados”. É Natél quem protagoniza a rebeldia final, a “falência da resignação”, revelando que o homem “vinha ao povoado por minha causa” (Costa, 2019: 316; 321; 323).

Em *Fazenda Abandonada*, o evento traumático que mobiliza Raul Bravais é a insurreição do Congo, organizada pela UPA em março de 1961, e o princípio da guerra pela independência, a qual provocou a morte de inúmeros portugueses e africanos (Pélissier, 2009). No princípio de 1961 – derrotado pela falência da fazenda, repleto

de dívidas e em sofrimento pelo afastamento da filha, Raul Bravais vivia de pequenos expedientes num quarto de taberna em Carmona. São as notícias dos “massacres” que devolvem o protagonista à vida – uma adolescente de 14 anos, “usaram-na até à morte, diante do pai amarrado ao tronco duma árvore (...) depois mataram também o agricultor, batendo-lhe no rosto com os membros esquartejados da menina”.¹³ Bravais incorpora-se na milícia de Carmona e torna-se “modelo de sobriedade, lealdade e valentia”, entrando na mata para alertar os colonos brancos, a levar comida “aos leais trabalhadores bailundos”, incorporado no grupo que “foi progressivamente alargando e rompendo o cerco dos terroristas à capital do Congo Português” (Ventura, 1962: 380 e 383).¹⁴

A terra, a economia e a guerra são as dimensões privilegiadas por Reis Ventura e Orlando da Costa para narrativizar o império português, para uma escrita ficcional que incorpora memória e releitura histórica, com distintas vivências e interpretações críticas, e para a denúncia e o questionamento do presente colonial através de eventos traumáticos que atravessam e redefinem indivíduos e comunidades.¹⁵ A exploração do trabalho nativo e a servidão mantiveram-se até ao fim do império, como ilustram os personagens de *O Signo da Ira*, e a limitação das políticas económicas voltadas para os agricultores coloniais caracterizaram o regime imperial e autoritário, como ilustra *Fazenda Abandonada*. A multiplicidade de conflitos e a violência,

¹³ As violações femininas, as tensões entre pais e filhas e as dimensões eróticas presentes nos dois romances fogem ao escopo deste estudo. Assinalam-se como tópicos relevantes e com implicações no contexto do império-colonial, merecedores de atenção futura na leitura destes escritores.

¹⁴ Sobre as revoltas africanas e o início da guerra colonial assinala-se o estudo de Valentim Alexandre (2021).

¹⁵ Sobre a propriedade, economia e guerra no império português ver, por exemplo, Miguel Bandeira Jerónimo (organizador) (2013).

inclusive sexual, entre grupos (étnicos, sociais, culturais e económicos) que caracterizou a ocupação portuguesa na África e na Ásia prolonga-se na memória dos grupos colonizadores e colonizados e é reescrita em Reis e Orlando no momento em que se reacendem os confrontos e guerras que antecedem e precipitam o fim do império.

A AVENTURA

O sentido do passado no presente para que este ganhe uma atitude ética e crítica através da relação entre existência, narrativa e palavra é o tema de Giorgio Agamben em *A aventura* (2018). Na literatura medieval, eventos e narrativas, factos e palavras coincidem na aventura constituindo “verdade poética” (a qual não implica verdade lógica ou histórica), entrelaçando aventura e verdade, não distinguindo eventos e narrativas. Ou, a aventura é o evento de palavra e é a própria narrativa, a qual se identifica com a vida do “cavaleiro”, transfigurando a sua existência e regenerando o sujeito (Agamben, 2018: 33, 37, 44). Para o filósofo, os eventos são sempre eventos de linguagem e a aventura é indissociável da palavra que a diz: “Por isso, aquele que está implicado no evento-aventura aí está implicado e convocado enquanto ser falante, e deverá fazer a experiência (...) de narrar a sua aventura” (Agamben, 2018: 53). O autor argumenta que através do evento advém o “ser”, tornando-se decisiva a co-pertença e a apropriação recíproca entre ser e homem, o evento do dar-se em conjunto de homem e ser. Logo, quando o cavaleiro vive a aventura, encontra-se a si mesmo. E o evento é “o momento em que o vivente, com uma transformação da qual é impossível conhecer as modalidades, separou – para depois rearticulá-las conjuntamente – a sua vida e a sua língua, isso significa que, tornando-se humano, ele se consagra à aventura que está ainda em curso e da qual não é fácil prever os resultados” (Agamben, 2018: 59-60).

Reis Ventura e Orlando da Costa são os cavaleiros que vivem a sua aventura (existências) no império colonial português. As interpretações e críticas dos autores, através da memória, releitura e reescrita da história e do regime, derivam das suas experiências em geografias, grupos sociais e ideologias distintas que coabitam a mesma constelação imperial. Estes cavaleiros assumem que as aventuras que protagonizam são os eventos do seu tempo histórico, como escritores constituem personagens-cavaleiros e através destes narrativizam os traumas dos grupos aos quais pertencem enquanto estes estão em curso, projetando as suas utopias enquanto seres vivos, aventureiros e narradores.

Reis Ventura nasceu em Portugal e radicou-se em Angola a partir de 1940. Combinou o trabalho na função pública com a escrita de romances e a militância política, a qual sobressaiu nas suas crónicas, publicadas ao longo de 30 anos no diário *A Província de Angola* e como vogal do Conselho Legislativo (a partir de 1966). Homem de letras filiado no Estado Novo, a escrita de Reis Ventura cria o nacionalismo literário no contexto colonial, numa obra que foi elogiada por João Gaspar Simões e Amândio César, que circulou em Portugal e no império e por este foi premiada.¹⁶ O projeto literário de Reis Ventura tem como centro a narrativa histórica dos portugueses em Angola e do império colonial no século XX, em simultâneo o escritor está a imaginar a epopeia de Portugal no passado, no presente e num futuro utópico que deseja. É através desta representação histórica imaginada que Reis Ventura espelha a trajetória do império e a ideologia colonial e do regime autoritário para os seus folhetins, contribuindo com os seus romances para a constituição da subjetividade política dos portugueses (Pimenta, 2016; Fonseca, 2019).

¹⁶ Prémio Fernão Mendes Pinto em 1965 com *Engrenagens Malditas*.

Orlando da Costa nasceu em Lourenço Marques, cresceu em Goa e viveu em Lisboa a partir de 1946. Ingressou nas fileiras do movimento estudantil e do Partido Comunista Português e integrou o Neorrealismo com Alves Redol e Carlos de Oliveira – embora a sua obra também se tenha diversificado, em dimensões políticas e estéticas, deste movimento literário. Em 1961 recebeu o prémio da Academia de Ciências de Lisboa pelo romance *O Signo da Ira*, o qual foi proibido no mesmo ano. Intelectual de esquerda e humanista, Orlando da Costa procura “harmonizar” a cultura ocidental e oriental nos seus romances, através de acontecimentos históricos (ficcionados) enraizados na história de Portugal e Goa. A consciência social do escritor, imbuída de responsabilidades morais e éticas, manifesta-se numa literatura poética que assume papéis ideológicos, como é característico no Neorrealismo.¹⁷ Nos seus romances o autor privilegia quatro dimensões: a política oficial de Portugal em relação ao Estado da Índia Portuguesa, a posição da Índia para com o mesmo território, o português colonizador em Goa e o povo Goês. A sua narrativa crítica tem como base a “autenticidade autóctone”, e através dos seus personagens, símbolos e memórias ilustra e discute a relação colonizador-colónia (Rodrigues, 2009: 90-27).

Em polos ideológicos opostos, em conflito e disputa, Reis e Orlando partilham o império, o engajamento político e a literatura.¹⁸ São os “cavaleiros” que vivem a “aventura” das suas existências no império colonial português. Nos seus romances narram memórias, histórias e sonhos de “náufragos” e de “conquistadores” que têm

¹⁷ Sobre os intelectuais, o comunismo e o Neorrealismo assinala-se o livro de João Madeira (1996).

¹⁸ Sobre ideologia, incluindo ideologias do império, nacionalismo, comunismo, utopias e ideologias e intelectuais, destaca-se a obra de Michael Freeden, Lyman Tower e Marc Stears (2013).

inseridos no império-colonial a sua vida e o seu destino. Os autores engajam-se nas dinâmicas políticas do seu tempo e sonham outros destinos para as suas “nações”, futuros que imaginam e projetam nos seus romances.

Na utopia de Reis o “terrorismo em Angola despertou para as suas possibilidades e responsabilidades todo o velho Portugal” (Ventura: 1962-393). A guerra foi o estopim para Raul largar o álcool, lutar pela sua terra e “pátria”, obter crédito e recuperar a fazenda, e reaproximar-se da filha. *Fazenda Abandonada* narrativiza o colonialismo para “acordar” Portugal e os portugueses, remodelar o regime e reconstituir o império na utopia de reconquista e redenção do povo e da nação na continuidade do colonialismo autoritário.

Na utopia de Orlando a revolta da comunidade corumbim e os atos de rebeldia dos seus personagens são os gritos de independência contra a subalternidade do homem e a ocupação do território – ou, a emergência do “homem novo” e de nações soberanas e livres. Natél abandona o povoado e os seus para servir na casa do *batcará*. Não é com resignação, mas sim com fúria que caminha para a casa de *bab* Ligôr, numa estrada em que convivem o “ruído feroz” do jipe militar e o choro de um recém-nascido. À porta do senhor apanha um torrão de terra que esfarela com raiva. “Quem lhe poderia dar a coragem de que necessita senão a própria terra, senhora de todas as alegrias e infortúnios que levam e subjagam os seres humilhados da casta dela?” (Costa, 2019:331). Em *O Signo da Ira* o tempo do império chega ao fim.

A leitura conjunta destes dois escritores revela a “aventura” dos homens e da literatura do império. O escritor “cavaleiro” encontra a aventura e a si próprio, separa-a de si e da sua linguagem, para logo reengajá-las consagrando-as na “aventura” do romance e da história. A releitura de Reis e Orlando revela polos de uma constelação literária por explorar que configura o mapa da ideologia e da cultura na literatura de língua portuguesa no âmbito da esfera pública imperial.

LITERATURA E HISTÓRIA

Orlando da Costa e Reis Ventura combinam memória e reescrita, interpretação e crítica da história do império colonial com a narrativa de eventos traumáticos para fazer um uso público e prático do passado e do presente da escrita e através destes imaginar o futuro. Nesta perspectiva, o Neorrealismo de Orlando e o Realismo Colonial de Reis, ao mobilizarem “traumas” de grupos sociais distintos, são também pós-modernos. Homens nascidos no império e que atravessaram as suas geografias, comunidades e conflitualidades, foram intelectuais engajados na política que através da literatura posicionaram as suas mundivisões e utopias. São cavaleiros que fazem coincidir a aventura e o evento com a sua narrativa e palavra.

Os autores partilham a mesma Esfera Pública Imperial, a qual integra um espaço comum que conjuga os territórios do império e os seus media, que tem como estruturas privilegiadas a imprensa e a produção cultural e a qual inclui discursos e diálogos interdependentes no exercício do poder e na sua contestação (Fonseca, 2023:103). Nesta ótica, o espaço público inclui os discursos que legitimaram o império; as falas que lhe resistiram, e a linguagem que mobilizou o seu fim. Orlando e Reis coabitam a mesma Esfera Pública Imperial. Ao discutir a história de dois impérios, o da cultura popular e do colonialismo, Domingos salienta que se a indústria cultural e a propaganda política autoritária se apropriaram de formatos, temas e géneros, as práticas e consumos culturais provocaram tanto “aquiescência” quanto “revolta”, e o “espaço de reprodução e legitimação do poder, o mercado cultural é igualmente uma esfera de negociação e transformação das suas estruturas” (Domingos, 2021: 33). Os estudos da cultura e da literatura têm favorecido leituras associadas às comunidades e ideologias do império, a exemplo da investigação sobre a literatura africana de língua portuguesa (Hamilton, 1975, e Margarido, 1980) e sobre a literatura colonial (Noa, 2002 e Pinto,

2012). A releitura conjunta de Reis Ventura e Orlando da Costa propõe uma lente de discussão que abrigue narrativas e ideologias diversas que convivem no mesmo mapa imperial, inclusive porque, como assinala Medeiros, “múltiplas interligações se foram estabelecendo entre uma escrita favorável a uma ordem colonial e uma escrita contrária a um sistema sustentado no colonialismo” e uma leitura binária pode apagar “a intrincada constelação de subtilezas” em torno das obras e dos autores (Medeiros, 2021:89).

Reler Orlando e Reis no século XXI pretende-se um contributo para discutir e refletir sobre a história, o espaço público e a cultura no império a partir da constelação de ideias, práticas e poéticas que constituíram o passado e que se prolongam nas mundivisões, encontros e conflitos do presente, políticos e literários.¹⁹ Para Rancière a história torna-se ciência e permanece história no “desvio poético” que dá à palavra “regime de verdade”. Daí que para a história das mentalidades sejam frutíferas as palavras que orientaram as expectativas em relação “à imaginação da comunidade e à descoberta da individualidade” numa era governada pelo “império do futuro” (Rancière, 2014: 137 e 156).

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio (2018). *The Adventure*. Cambridge: Massachusetts University Press.
- ALEXANDRE, Valentim (2017). *Contra o Vento, Portugal, o Império e a Maré Anticolonial (1945-1960)*. Lisboa: Temas e Debates.

¹⁹ Sobre a contemporaneidade política portuguesa assinala-se Jorge M. Fernandes, Pedro C. Magalhães e António Costa Pinto (eds.) (2023). A história e a trajetória do império colonial mantêm-se como forma, tema e género na literatura contemporânea em língua portuguesa, tema investigado por Patrícia Martinho Ferreira (2021). Para ilustrar dois títulos, indica-se Miguel Real (2016) e Tiago Rebelo (2018).

- (2021). *Os Desastres da Guerra, Portugal e as Revoltas em Angola (1961: janeiro a abril)*. Lisboa: Temas e Debates.
- COSTA, Orlando da (2019). *O Signo da Ira*. Lisboa: Caminho.
- DILLOLWA, Carlos R. (2000). *Contribuição à História Económica de Angola*. Luanda: Editorial Nzila [1978].
- DOMINGOS, Nuno (2021). “Uma história de dois impérios”, in Nuno Domingos (org.). *Cultura Popular e Império*, (pp. 75-154). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- FERNANDES, Jorge M., Magalhães, Pedro C. e Pinto, António Costa (eds.) (2023). *The Handbook of Portuguese Politics*. Oxford: Oxford University Press.
- FERREIRA, Patrícia Martinho (2021). *Órfãos do Império, Heranças Coloniais na Literatura Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- FONSECA, Isadora de A. (2019). “Reis Ventura, a imaginação do império e a subjetividade colonial”. *Revista de Estudos Literários*, volume 9: 199-223. https://doi.org/10.14195/2183-847X_9_9
- (2023). “A esfera pública imperial”, in Marília dos Santos Lopes (coord.). *A História na Era da (Des)Informação*. (pp.101-114). Lisboa: Universidade Católica Editora.
- FREEDEN, Michael, TOWER, Lyman S., and STEARS, Marc (2013). *The Oxford Handbook of Political Ideologies*. Oxford: Oxford University Press.
- FREUDENTHAL, Aida (2001). “Angola”, in A. H. de Oliveira Marques e Joel Serrão (dirs.). *Nova História da Expansão Portuguesa, Vol. XI, O Império Africano 1890-1930*, A. H. de Oliveira Marques (coord.). (pp. 259-467) Lisboa: Editorial Estampa.
- HEAD, Dominic (2009). *The Cambridge Introduction to J. M. Coetzee*. Cambridge: Cambridge University Press.
- JAMESON, Fredric (1981). *The Political Unconscious*. London and New York: Routledge.

- JERÓNIMO, Miguel Bandeira (org.) (2013). *O Império Colonial em Questão, Poderes, Saberes e Intuições (sécs. XIX-XX)*. Lisboa: Edições 70.
- LOBO, Sandra Ataíde (2016). “O sujeito, o cidadão e o colonizador na Goa dos séculos XIX-XX”, in Ângela Barreto Xavier e Cristina Nogueira da Silva (orgs.). *O Governo dos Outros, Poder e Diferença no Império Português* (pp. 293-322). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- MADEIRA, João (1996). *Os Engenheiros de Almas, O Partido Comunista e os Intelectuais*. Lisboa: Editorial Estampa.
- MARGARIDO, Alfredo (1980). *Estudos Sobre Literaturas das Nações Africanas de Língua Portuguesa*. Lisboa: A Regra do Jogo.
- MATOS, Patrícia Ferraz de (2006). *As Côres do Império, Representações Raciais no Império Colonial Português*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- MEDEIROS, Nuno (2021). “Pelo Império, Publicar! Defender o colonial português através da edição de livros durante o século XX na metrópole” in Nuno Domingos (org.). *Cultura Popular e Império* (pp. 75-154). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- MUNSLOW, Barry (1969). *The Angolan Revolution: The Anatomy of an Explosion (1950-1962)*. Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology.
- NOA, Francisco (2002). *Império, Mito e Miopia – Moçambique como invenção literária*. Lisboa: Caminho.
- PÉLISSIER, René (2009). “Parte Dois”, in Douglas Wheeler e Réne Péliissier. *História de Angola* (pp. 231-318). Lisboa: Tinta da China.
- PERALTA, Elsa (2022). *The Retornados From Portuguese Colonies in Africa: Narrative, Memory, and History*. London and New York: Routledge.
- PEREZ, Rosa Maria. (2019). “Posfácio”, in Orlando da Costa, *O Signo da Ira*. Lisboa: Caminho.
- (2006). *Os portugueses e o Oriente: história, itinerários, representações*. Lisboa: Dom Quixote, 337-344.
- PIMENTA, Fernando (2005). *Branco de Angola: Autonomismo e Nacionalismo (1900-1961)*. Coimbra: Minerva.

- PIMENTA, Susana (2016). *Dinâmicas coloniais e pós-coloniais – Os casos de Reis Ventura, Guilhermina de Azevedo e Castro Soromenho*. Tese de Doutoramento em Ciências da Cultura, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- e RIBEIRO, Orquídea (orgs.) (2023). *O Mundo Colonial Português – Representações, Memórias e Heranças*. Lisboa: Edições Húmus.
- PINTO, Alberto Oliveira (2012). *Angola e as Retóricas Coloniais, Roupagens e Desvendamentos*. Lisboa: Mercado de Letras Editores.
- RANCIÈRE, Jacques (2014). *As palavras da história: ensaio de poética do saber*. Lisboa: Unipop.
- REAL, Miguel (2016). *O Feitiço da Índia*. Alfragide: Leya.
- REBELO, Tiago (2018). *O Último Ano em Luanda*. Lisboa: Bertrand.
- REIS, Célia (2001). “Índia”, in A. H. de Oliveira Marques e Joel Serrão (dir.). *Nova História da Expansão Portuguesa, Vol. XI, O Império Africano 1890-1930*, A. H. de Oliveira Marques (coord.) (pp. 565-654). Lisboa: Editorial Estampa.
- RODRIGUES, Maria Filomena de B. G. (2009). *A Literatura de Orlando da Costa, reflexões sobre uma trilogia em tempo de colonialismo*. Tese de Mestrado em Estudos Portugueses Interdisciplinares, Lisboa: Universidade Aberta.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty (2021). *Pode a Subalterna Tomar a Palavra?*. Lisboa: Orfeu Negro. [1999].
- TRAVERSO, ENZO (2012). *O Passado, Modos de Usar*. Lisboa: Tigre de Papel.
- VENTURA, Reis (1962). *Fazenda Abandonada*. Sá da Bandeira: Publicações Imbondeiro.
- WHITE, Hayden (2014). *The Practical Past*. Evanston: Northwestern University Press.